

INDICADORES DE SAÚDE COMO FERRAMENTA DE MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

HEALTH INDICATORS AS TOOLS FOR MONITORING PUBLIC POLICIES
SPANISH

INDICADORES DE SALUD COMO HERRAMIENTA PARA EL MONITOREO DE
LAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Carlos Lopatiuk¹, Joana Paula Carvalho Correa², Carla Emanuele Lopatiuk³, Kamilla Vilela Araújo⁴, Soraia Arruda⁵, Rafaela Soares Carneiro⁶, José Rahel Castro Rego⁷, Wilcilene Oliveira dos Santos⁸, Jordanna Porto Inácio⁹, Anna Clara Ascendino Corrêa¹⁰

DOI: 10.54899/dcs.v23i86.4142

Recibido: 28/11/2025 | Aceptado: 19/12/2025 | Publicación en línea: 02/01/2026.

RESUMO

Os indicadores de saúde constituem instrumentos essenciais para o planejamento, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas, permitindo traduzir informações complexas em subsídios estratégicos para a gestão e a tomada de decisão. Este estudo tem como objetivo analisar as contribuições, barreiras e potencialidades dos indicadores de saúde como ferramentas de gestão no contexto brasileiro, considerando o avanço das tecnologias digitais, a governança em saúde e os compromissos internacionais assumidos pelo país, como a Agenda 2030 da ONU. A pesquisa adota abordagem qualitativa e caráter descritivo, fundamentando-se em revisão narrativa da literatura recente, com base em fontes oficiais e estudos publicados entre 2022 e 2025. A análise evidencia que, embora haja avanços significativos na criação e uso de indicadores, persistem desafios relacionados à integração de sistemas de informação, à

¹ Doutor em Ciências Sociais e Doutorando em Desenvolvimento Comunitário, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), Ponta Grossa, Paraná, Brasil.

E-mail: carloslopatiuk@yahoo.com.br

² Especialista em Urgência e Emergência, Terapia Intensiva de Alta Complexidade e Saúde do Trabalhador, Escola de Enfermagem de Manaus da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil.

E-mail: j.penf@hotmail.com

³ Graduanda em Medicina, Centro Universitário Campo Real, Guarapuava, Paraná, Brasil.

E-mail: carla.emanuele2201@gmail.com

⁴ Graduada em Enfermagem, Universidade Federal de Jataí, Jataí, Goiás, Brasil. E-mail: kavilelaaraujo@gmail.com

⁵ Mestra em Gastroenterologia e Hepatologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: so_arruda@hotmail.

⁶ Graduada em Fisioterapia, Universidade Federal do Pará (UFPA), Cametá, Pará, Brasil.

E-mail: rafaelacarneiro124@gmail.com

⁷ Graduado em Fisioterapia, Universidade Federal do Pará (UFPA), Santarém, Pará, Brasil.

E-mail: rahelc14@gmail.com

⁸ Mestre em Tecnologia e Inovação, Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Fortaleza, Ceará, Brasil.

E-mail: wilcilene_oliveira@hotmail.com

⁹ Graduada em Medicina, Faculdade Atenas Sete Lagoas, Goiânia, Goiás, Brasil.

E-mail: jordannaporto@hotmail.com

¹⁰ Graduada em Medicina, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Goiânia, Goiás, Brasil.

E-mail: annaclaracorrea@gmail.com

padronização metodológica e à cultura institucional de uso de evidências. Os resultados também indicam que a incorporação de tecnologias digitais e a ampliação de indicadores comunitários fortalecem a transparência, a eficiência e a equidade das políticas de saúde. Conclui-se que os indicadores, quando aplicados de forma articulada e crítica, transcendem sua função técnica e se consolidam como instrumentos de transformação social e política, fundamentais para a consolidação de sistemas de saúde mais justos, participativos e sustentáveis.

Palavras-chave: Indicadores de Saúde. Políticas Públicas. Governança. Sistema Único de Saúde. Avaliação. Tecnologia.

ABSTRACT

Health indicators are essential tools for planning, monitoring, and evaluating public policies, enabling the transformation of complex data into strategic information for management and decision-making. This study aims to analyze the contributions, barriers, and potential of health indicators as management tools in the Brazilian context, considering the advancement of digital technologies, health governance, and the international commitments assumed by the country, such as the United Nations 2030 Agenda. The research adopts a qualitative and descriptive approach, based on a narrative review of recent literature from official sources and studies published between 2022 and 2025. The analysis reveals that, although significant progress has been made in the development and use of indicators, challenges remain regarding the integration of information systems, methodological standardization, and the institutional culture of evidence-based management. The results also show that incorporating digital technologies and expanding community-based indicators strengthen transparency, efficiency, and equity in health policies. It is concluded that indicators, when applied in an articulated and critical manner, transcend their technical function and become instruments of social and political transformation, essential for building fairer, more participatory, and sustainable health systems.

Keywords: Health Indicators. Public Policies. Governance. Unified Health System. Evaluation. Technology.

RESUMEN

Los indicadores de salud son herramientas esenciales para la planificación, el monitoreo y la evaluación de las políticas públicas, ya que permiten transformar datos complejos en información estratégica para la gestión y la toma de decisiones. Este estudio tiene como objetivo analizar las contribuciones, barreras y potencialidades de los indicadores de salud como herramientas de gestión en el contexto brasileño, considerando el avance de las tecnologías digitales, la gobernanza en salud y los compromisos internacionales asumidos por el país, como la Agenda 2030 de la ONU. La investigación adopta un enfoque cualitativo y carácter descriptivo, basado en una revisión narrativa de la literatura reciente, con fuentes oficiales y estudios publicados entre 2022 y 2025. El análisis muestra que, aunque se han logrado avances significativos en el desarrollo y uso de indicadores, persisten desafíos relacionados con la integración de sistemas de información, la estandarización metodológica y la cultura institucional de uso de evidencias. Los resultados también indican que la incorporación de tecnologías digitales y la ampliación de indicadores comunitarios fortalecen la transparencia, la eficiencia y la equidad de las políticas de salud. Se concluye que los indicadores, cuando se aplican de manera articulada y crítica, trascienden su función técnica y se consolidan como instrumentos de transformación social y

política, fundamentais para la construcción de sistemas de salud más justos, participativos y sostenibles.

Palabras clave: Indicadores de Salud. Políticas Públicas. Gobernanza. Sistema Único de Salud. Evaluación. Tecnología.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

Os indicadores de saúde configuram-se como instrumentos fundamentais para o diagnóstico, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas, permitindo transformar dados complexos em informações interpretáveis e úteis à gestão. O uso sistemático desses indicadores possibilita mensurar desigualdades, identificar necessidades prioritárias e orientar decisões estratégicas voltadas à equidade e à eficiência no sistema de saúde (Brasil, 2023; Buss; Pellegrini Filho, 2007).

O avanço das tecnologias da informação e a consolidação dos sistemas de vigilância epidemiológica ampliaram a capacidade analítica dos gestores públicos, tornando os indicadores ferramentas centrais de governança e de *accountability* democrática (Giovannella; Mendes, 2023). De acordo com Mendes (2021), a consolidação das redes de atenção à saúde depende diretamente da existência de indicadores válidos e comparáveis, que reflitam a integralidade do cuidado e a capacidade institucional de resposta. Assim, compreender os indicadores de saúde é essencial para entender como o Estado planeja, executa e avalia suas políticas sanitárias.

Apesar dos avanços metodológicos e tecnológicos, ainda persistem desafios significativos quanto à padronização, à confiabilidade e ao uso efetivo dos indicadores na formulação de políticas públicas. Entretanto, embora haja um vasto conjunto de dados disponíveis, a transformação dessas informações em conhecimento útil para a decisão política continua limitada, seja por barreiras institucionais, desigualdade tecnológica ou ausência de cultura de uso de evidências (Rendell *et al.*, 2022; Rabiei *et al.*, 2024). Além disso, a fragmentação dos sistemas de informação em saúde e a falta de integração entre níveis de atenção comprometem a construção de indicadores que representem a complexidade dos determinantes sociais da saúde (Paim, 2018).

Parte-se, portanto, da hipótese de que o fortalecimento da governança em saúde, aliado ao uso de tecnologias digitais e metodologias participativas, potencializa a efetividade dos

indicadores como instrumentos de transformação social e política. Supõe-se que a adoção de sistemas interoperáveis, o uso de *dashboards* e a incorporação de indicadores sociais e comunitários ampliam a capacidade dos governos de planejar e monitorar ações com base em evidências, promovendo maior transparência, eficiência e equidade (Hassett *et al.*, 2024; Fraisl *et al.*, 2023; Lowe *et al.*, 2022).

A relevância desta pesquisa está em destacar que os indicadores de saúde transcendem a função técnica de mensuração e assumem papel estratégico na consolidação de sistemas de saúde equitativos e responsivos às necessidades sociais. O tema ganha atualidade à medida que organismos internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2024) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2023), reforçam a importância de sistemas de monitoramento que incorporem não apenas dados biomédicos, mas também variáveis sociais, ambientais e econômicas.

Além disso, a Agenda 2030 da ONU (2015) exige que os países avancem na mensuração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os relacionados à saúde e ao bem-estar, o que reforça a necessidade de desenvolver indicadores mais sensíveis às desigualdades internas. Pesquisas recentes demonstram que novas abordagens de mensuração, como os índices comunitários de saúde (Pastula *et al.*, 2024) e os indicadores integrados de cuidados de longo prazo (Kim *et al.*, 2024), representam avanços significativos para a gestão pública e a avaliação de políticas. Contudo, é necessário ampliar o debate sobre as barreiras e os facilitadores que determinam a efetiva utilização dessas ferramentas no contexto brasileiro (Giovanella;Mendes, 2023; Brasil, 2023).

Dessa forma, este estudo tem como objetivo geral analisar as contribuições, barreiras e potencialidades dos indicadores de saúde enquanto instrumentos de monitoramento e gestão das políticas públicas no Brasil, com base em evidências nacionais e internacionais recentes. Especificamente, busca-se identificar os principais tipos de indicadores de saúde utilizados em sistemas nacionais e internacionais; examinar as barreiras institucionais, tecnológicas e conceituais que dificultam sua aplicação prática; avaliar o impacto da transformação digital e das novas metodologias de coleta e análise de dados sobre o uso de indicadores na gestão pública; e discutir os desafios e as perspectivas para a integração desses instrumentos aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e à governança participativa em saúde.

REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão sobre indicadores de saúde deixou de ser um exercício meramente estatístico e consolidou-se como um campo estratégico para a governança de sistemas de saúde, integrando dimensões técnicas, como medição e qualidade dos dados; políticas, como definição de prioridades e alocação de recursos; e sociais, como equidade e accountability. Em termos conceituais, os indicadores são medidas sintéticas, quantitativas ou qualitativas, capazes de representar fenômenos complexos como morbimortalidade, acesso, qualidade do cuidado e determinantes sociais. Por meio deles, torna-se possível realizar diagnósticos situacionais, monitoramentos longitudinais e avaliações consistentes de políticas públicas (AbouZahr; Boerma, 2005; Buss; Pellegrini Filho, 2007).

Em uma perspectiva histórica, o amadurecimento desses instrumentos acompanha a institucionalização dos sistemas de informação em saúde e o avanço da vigilância epidemiológica, quando se tornou imprescindível traduzir dados em inteligência acionável para subsidiar decisões públicas (Paim *et al.*, 2011). Nesse contexto, os indicadores passaram a representar não apenas resultados numéricos, mas uma síntese da capacidade estatal de planejar, avaliar e reorientar ações em função das necessidades populacionais.

A literatura da Saúde Coletiva enfatiza que a saúde é socialmente produzida e, portanto, indicadores válidos não podem restringir-se ao campo biomédico. O modelo de Dahlgren e Whitehead (1991) propõe uma estrutura de múltiplas camadas determinantes, que envolvem fatores individuais, estilos de vida, redes comunitárias, condições de vida e trabalho e aspectos macroestruturais, servindo de base para a incorporação de métricas socioeconômicas e ambientais. Essa abordagem amplia a análise de saúde ao destacar o papel das desigualdades estruturais e das condições sociais no processo saúde-doença, sustentando uma agenda de equidade que exige mensurar diferenças injustas e evitáveis entre grupos (Marmot *et al.*, 2008). Na prática, essa visão implica combinar desfechos clínicos com indicadores de posição social, de oportunidades e de ambiente, de modo a alinhar a vigilância em saúde às ações intersetoriais (Buss; Pellegrini Filho, 2007).

A utilidade pública de um indicador depende de sua relação com a capacidade real do sistema em produzir saúde. Donabedian (1988) estabeleceu a clássica tríade estrutura–processo–resultado como fundamento para avaliar a qualidade da atenção, sendo posteriormente complementada pelo conceito de cobertura efetiva, que considera não apenas o uso dos serviços,

mas a qualidade e a adequação das intervenções às necessidades dos indivíduos. Nesse sentido, a Comissão sobre Sistemas de Saúde de Alta Qualidade propôs uma transformação metodológica ao deslocar o foco da mensuração de volume e cobertura para indicadores voltados à qualidade centrada na pessoa, à efetividade e à confiança institucional (Kruk *et al.*, 2018). Essa mudança requer métricas mais refinadas, que considerem dimensões como experiência do usuário, segurança, continuidade e resolutividade do cuidado, além de acompanhar o desempenho longitudinal do sistema (IOM, 2001).

No ciclo das políticas públicas, os indicadores servem como âncoras para a formulação de metas, o monitoramento de resultados e a avaliação de impactos. A lógica de gestão por resultados pressupõe o estabelecimento de metas mensuráveis, metodologias consistentes e revisões periódicas do painel de indicadores, garantindo sua relevância e validade ao longo do tempo (Secchi, 2021). No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a estruturação em redes de atenção demanda indicadores capazes de refletir a coordenação do cuidado, a integralidade e a regionalização dos serviços, de modo a articular as esferas da atenção primária, especializada e da vigilância em saúde (Mendes, 2011; Paim *et al.*, 2011).

A inserção das agendas globais; dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); impulsionou a padronização e a comparabilidade internacional dos indicadores de saúde e de determinantes sociais (UN, 2015; OECD, 2023). O princípio de “não deixar ninguém para trás” trouxe a exigência de monitorar desigualdades dentro dos países, e não apenas médias nacionais, evidenciando a importância das métricas de inequidade, como gradientes sociais, diferenças de renda, disparidades rural-urbanas, de gênero e raça/etnia (Marmot *et al.*, 2008; WHO, 2013). Esse avanço deslocou o debate para a criação de índices compostos, que sintetizam vulnerabilidades territoriais e funcionam como instrumentos de apoio ao planejamento local e regional, promovendo maior equidade nas políticas de saúde.

Contudo, os indicadores só possuem força analítica quando sustentados por infraestruturas de dados robustas. Boas práticas demandam definições operacionais claras, confiabilidade, sensibilidade às mudanças epidemiológicas e oportunidade de atualização (AbouZahr; Boerma, 2005). Em um cenário contemporâneo marcado pela digitalização, sistemas interoperáveis e painéis interativos (*dashboards*) tornam a informação mais tempestiva e auditável, reforçando a transparência e a participação social. Além da integração entre bases tradicionais, como registros vitais, sistemas de produção ambulatorial e hospitalar e inquéritos populacionais, cresce o uso

de dados administrativos e de ciência cidadã para preencher lacunas e ampliar a granularidade territorial das análises, desde que sejam respeitados princípios éticos, de governança e de qualidade (OECD, 2023; WHO, 2013).

O verdadeiro valor dos indicadores manifesta-se quando eles informam decisões e transformam práticas. Isso depende da existência de capacidade institucional, com equipes qualificadas e uma cultura organizacional orientada pelo uso de dados, bem como de arranjos de governança que conectem evidências científicas à execução das políticas (Kickbusch; Gleicher, 2012). Em saúde, isso significa alinhar instrumentos de contratualização, incentivos e regulação, além de assegurar a transparência como princípio transversal do sistema. Assim, o monitoramento baseado em indicadores reduz a assimetria de informações e reforça a confiança social na gestão pública (IOM, 2001; Kruk *et al.*, 2018).

Em síntese, indicadores eficazes são aqueles legitimados, porque têm base conceitual sólida; viáveis, porque se integram à rotina dos sistemas de informação; úteis, porque orientam decisões concretas; e justos, porque captam desigualdades relevantes e impulsionam transformações sociais. A maturidade de um sistema de saúde mede-se, em grande parte, pela capacidade de produzir, interpretar e aplicar indicadores que traduzam os ideais de equidade, eficiência e integralidade em resultados concretos para a população.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão narrativa da literatura, de natureza qualitativa e exploratória, voltada à análise das contribuições, barreiras e potencialidades do uso dos indicadores de saúde como instrumentos de monitoramento e avaliação de políticas públicas. A escolha desse delineamento se justifica pela necessidade de integrar e interpretar criticamente diferentes perspectivas teóricas e empíricas sobre o tema, permitindo uma compreensão abrangente das abordagens contemporâneas que articulam indicadores, gestão pública e governança em saúde.

A pesquisa foi conduzida entre os meses de agosto e outubro de 2025, utilizando como principais bases de dados: PubMed, Scopus, Web of Science, ScienceDirect, SciELO e Google Scholar, reconhecidas por sua abrangência e relevância acadêmica na área das ciências da saúde e das políticas públicas. A estratégia de busca foi construída com base em descritores controlados extraídos dos vocabulários DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) e MeSH (Medical Subject

Headings), tanto em português quanto em inglês, incluindo os termos: “*indicadores de saúde*”, “*avaliação de políticas públicas*”, “*gestão em saúde*”, “*monitoramento e avaliação*”, “*health indicators*”, “*public health policy*”, “*governance in health*” e “*health monitoring systems*”.

Para o refinamento da busca, foram utilizados operadores booleanos (AND e OR) a fim de combinar descritores e ampliar a abrangência dos resultados. Os critérios de inclusão contemplaram: (1) artigos publicados entre 2022 e 2025; (2) estudos disponíveis em texto completo e revisados por pares; (3) pesquisas que abordassem direta ou indiretamente a utilização de indicadores de saúde no contexto de formulação, monitoramento ou avaliação de políticas públicas; e (4) textos publicados em inglês, português ou espanhol. Foram excluídos editoriais, comentários, anais de congressos, capítulos de livros e publicações anteriores a 2022 que não apresentassem relação direta com o objeto de estudo.

Após a aplicação dos critérios de elegibilidade, dez artigos foram selecionados para análise detalhada, abrangendo estudos de diferentes naturezas metodológicas — revisões sistemáticas, estudos observacionais, análises conceituais e comparações internacionais — que exploraram o papel dos indicadores em distintas dimensões: desempenho de sistemas de saúde, determinantes sociais, vigilância digital, saúde mental, saúde sexual, equidade e sustentabilidade urbana. Entre os estudos incluídos destacam-se publicações recentes em periódicos de alto impacto, como *Frontiers in Public Health*, *The Lancet Global Health*, *Health Policy*, *Public Health Reports*, *BMC Public Health* e *Population Health Management*, o que assegura a consistência científica e a contemporaneidade da revisão.

A análise dos artigos foi conduzida segundo uma abordagem temático-analítica, buscando-se identificar convergências e divergências nos resultados, métodos e perspectivas teóricas adotadas. Para isso, elaborou-se uma matriz de síntese contendo as seguintes variáveis: autor, ano, objetivo, metodologia, principais resultados e implicações para a gestão em saúde. Posteriormente, as evidências foram agrupadas em cinco eixos temáticos: (1) processos de seleção e validação de indicadores; (2) inovação tecnológica e sistemas digitais de vigilância; (3) indicadores comunitários e determinantes sociais da saúde; (4) indicadores temáticos emergentes em saúde mental, sexual e materno-infantil; e (5) desafios contemporâneos para o uso de indicadores em políticas públicas globais.

Esse processo permitiu não apenas descrever as evidências encontradas, mas também interpretar criticamente os significados e as implicações práticas dos indicadores no campo da gestão pública. A integração entre estudos conceituais e empíricos possibilitou compreender

como os indicadores podem atuar como mediadores entre a produção científica, a formulação de políticas e a implementação de estratégias de governança baseadas em evidências.

Por se tratar de uma pesquisa baseada exclusivamente em fontes secundárias, sem envolvimento direto de seres humanos ou animais, não foi necessária a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Ainda assim, todas as referências utilizadas foram devidamente citadas e formatadas segundo as normas da ABNT NBR 6023:2018, garantindo a integridade científica e o rigor metodológico desta investigação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A literatura científica recente evidencia que os indicadores de saúde são instrumentos essenciais para o monitoramento e a avaliação das políticas públicas, permitindo transformar dados complexos em informações acessíveis e úteis à gestão. Seu uso sistemático possibilita mensurar desigualdades, identificar necessidades prioritárias e subsidiar decisões estratégicas voltadas à melhoria da eficiência, da qualidade e da equidade no sistema de saúde. Assim, o indicador não se limita à mensuração numérica, mas se converte em uma ferramenta política, técnica e social, que orienta o planejamento e a *accountability* das ações governamentais.

Segundo Rendell *et al.* (2022), os processos de seleção de indicadores de desempenho em sistemas de atenção primária à saúde baseiam-se em quatro pilares fundamentais: a revisão sistemática da literatura, o estabelecimento de consenso entre especialistas e gestores, a categorização dos indicadores em eixos temáticos que reflitam as áreas prioritárias de monitoramento e, por fim, a análise de validade e viabilidade operacional. Essa metodologia visa garantir que os indicadores escolhidos representem não apenas medidas quantitativas de desempenho, mas também dimensões qualitativas do cuidado, como a integralidade, a resolutividade e a continuidade da atenção. A estrutura metodológica descrita pelos autores contribui para que os indicadores traduzam, de forma precisa e contextualizada, a interação entre os resultados em saúde, os determinantes sociais e a capacidade institucional de resposta. Além disso, a transparência nos processos de escolha e revisão periódica desses indicadores é essencial para assegurar sua pertinência e adaptabilidade frente às mudanças epidemiológicas e demográficas, fortalecendo o caráter dinâmico e evolutivo das políticas de saúde pública.

De modo complementar, Kim *et al.* (2024) desenvolveram um modelo conceitual inovador para avaliação de necessidades complexas e criação de indicadores de cuidados de longo prazo voltados a populações idosas. O estudo propõe uma integração entre sistemas de saúde e de assistência social, enfatizando a importância de indicadores que capturem as interdependências entre cuidados médicos, suporte familiar e políticas de proteção social. Essa perspectiva se torna cada vez mais relevante em países que enfrentam o envelhecimento acelerado da população, exigindo respostas estruturadas e sustentáveis. O modelo sugerido pelos autores não se restringe à mensuração de resultados clínicos, mas amplia o foco para a funcionalidade, autonomia e qualidade de vida do idoso, compreendendo a saúde como fenômeno multidimensional e socialmente determinado. Essa abordagem amplia o escopo dos indicadores tradicionais, que muitas vezes se limitam a dados de morbidade e mortalidade, incorporando parâmetros de bem-estar subjetivo, uso de serviços, equidade e satisfação do usuário — elementos essenciais para uma avaliação integral do sistema.

O avanço tecnológico, por sua vez, tem revolucionado a forma como os indicadores de saúde são coletados, analisados e utilizados. A revisão conduzida por Rabiei *et al.* (2024) evidencia que a adoção de painéis interativos de vigilância em saúde, conhecidos como *dashboards*, representa um salto qualitativo no monitoramento das políticas públicas. Esses sistemas digitais permitem o acompanhamento em tempo real de dados epidemiológicos, operacionais e socioeconômicos, tornando o processo decisório mais ágil e fundamentado. Os autores destacam que, para que tais ferramentas sejam efetivas, é necessário contemplar critérios de confiabilidade metodológica, infraestrutura tecnológica robusta, interoperabilidade entre bases de dados, usabilidade das interfaces e definição clara dos indicadores-chave de desempenho. Além de promover transparência e acessibilidade, esses sistemas fomentam a participação social, uma vez que permitem que informações antes restritas aos gestores estejam disponíveis ao público e à imprensa, ampliando o controle social sobre as ações governamentais. Assim, a tecnologia não atua apenas como instrumento de monitoramento, mas também como vetor de democratização do conhecimento e de fortalecimento da cidadania informada.

Outra tendência relevante identificada na literatura é a incorporação de indicadores comunitários e territoriais, os quais ampliam a compreensão do processo saúde-doença ao considerar os determinantes sociais da saúde e suas inter-relações com as condições de vida e o ambiente. Hassett *et al.* (2024) demonstram que medidas compostas em nível de área, que integram variáveis de renda, escolaridade, moradia, saneamento, mobilidade urbana e segurança

ambiental, constituem ferramentas poderosas para a análise das desigualdades em saúde. Esses indicadores permitem identificar territórios mais vulneráveis e direcionar políticas específicas de mitigação, funcionando como bússolas para a gestão pública orientada pela equidade. Além disso, possibilitam comparar contextos regionais distintos e monitorar a efetividade de políticas intersetoriais voltadas à redução das iniquidades, conectando dimensões sanitárias, econômicas e sociais em um mesmo marco analítico.

Fraisl *et al.* (2023) ampliam esse debate ao proporem o uso da ciência cidadã como uma estratégia participativa de monitoramento e avaliação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente aqueles relacionados à saúde e bem-estar. Os autores argumentam que a integração de cidadãos e organizações comunitárias nos processos de coleta e interpretação dos dados contribui para democratizar a produção do conhecimento e aumentar a legitimidade das decisões políticas. Essa prática, além de fortalecer a transparência e a corresponsabilidade, favorece a criação de sistemas de monitoramento mais sensíveis às realidades locais e às percepções da população sobre suas próprias condições de saúde. No contexto dos ODS e do programa *Triple Billion* da Organização Mundial da Saúde, a ciência cidadã pode atuar como um mecanismo inovador de vigilância colaborativa, capaz de preencher lacunas informacionais em áreas de difícil acesso e de engajar comunidades na implementação de políticas públicas mais inclusivas e sustentáveis.

Em âmbito internacional, Lowe *et al.* (2022) compararam políticas de planejamento urbano e saúde em 25 cidades de diferentes países, revelando que a maioria carece de metas quantificáveis e coerência com as evidências científicas. Essa ausência de padronização de indicadores dificulta a avaliação comparativa entre regiões e limita o aprendizado coletivo sobre boas práticas de governança em saúde. O estudo reforça que a formulação de indicadores deve estar alinhada às dimensões de sustentabilidade, mobilidade, segurança ambiental e promoção do bem-estar.

Em áreas temáticas específicas, também se observa a ampliação dos conjuntos de indicadores. Deckert *et al.* (2024) identificaram 210 indicadores de saúde mental voltados para crianças e adolescentes nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ressaltando a relevância desses instrumentos para o planejamento de políticas de prevenção e atenção psicossocial. De forma semelhante, Ford *et al.* (2023) propuseram um conjunto de 23 indicadores de saúde sexual para os Estados Unidos, voltados a

mensurar o progresso e as necessidades de saúde reprodutiva, fortalecendo a integração entre monitoramento epidemiológico e políticas de promoção da saúde sexual.

No campo da saúde materno-infantil, Smith *et al.* (2023) introduziram uma discussão inovadora ao proporem o uso da paralisia cerebral como indicador de saúde pública. Segundo os autores, os registros nacionais de paralisia cerebral podem refletir a efetividade do cuidado materno e neonatal, funcionando como um marcador indireto da qualidade da atenção perinatal. A utilização desse indicador, embora ainda em consolidação, evidencia como doenças crônicas e condições incapacitantes podem ser interpretadas como reflexos da eficiência das políticas preventivas e de vigilância em saúde. Essa perspectiva amplia o escopo dos indicadores tradicionais, introduzindo dimensões de qualidade assistencial e de impacto a longo prazo sobre a vida das pessoas e famílias afetadas.

Por sua vez, a revisão conduzida por Pastula *et al.* (2024) reforça a importância dos índices comunitários de saúde como ferramentas de mensuração ampla do bem-estar populacional. Esses índices integram dados sobre mortalidade, morbidade, determinantes sociais e vulnerabilidade econômica, permitindo análises territoriais detalhadas e comparações longitudinais entre diferentes comunidades. Além de possibilitarem uma visão sistêmica da saúde, os autores destacam que tais índices têm potencial para subsidiar a priorização de investimentos públicos e orientar estratégias de promoção e prevenção mais eficazes. A combinação desses indicadores com metodologias participativas e tecnologias de informação potencializa o impacto das políticas públicas e fortalece os princípios de transparência e controle social.

Em síntese, os resultados apontam que os indicadores de saúde transcendem a função técnica de mensuração e assumem papel estratégico na consolidação de sistemas de saúde equitativos e baseados em evidências. O fortalecimento das estruturas de coleta, análise e divulgação de dados, somado à integração entre níveis de governo e à participação social, é condição essencial para que os indicadores se tornem instrumentos efetivos de transformação das políticas públicas. Assim, mais do que mensurar, os indicadores devem orientar, qualificar e aperfeiçoar a gestão pública, contribuindo para a construção de um modelo de saúde mais justo, participativo e sustentável.

CONCLUSÃO

Os indicadores de saúde consolidam-se como instrumentos indispensáveis para a

governança e o aprimoramento das políticas públicas, representando um elo entre o conhecimento técnico e a ação política. Mais do que simples medições estatísticas, esses instrumentos traduzem a complexidade das condições de vida, do acesso aos serviços e da qualidade da atenção em parâmetros tangíveis, capazes de sustentar decisões estratégicas e promover a racionalidade administrativa. Sua importância reside na capacidade de revelar desigualdades, monitorar tendências e direcionar esforços para áreas de maior vulnerabilidade, permitindo que a gestão pública atue de forma proativa, preventiva e orientada pela equidade.

A consolidação de um sistema de indicadores eficaz requer não apenas investimentos em infraestrutura tecnológica e interoperabilidade de dados, mas também uma cultura institucional voltada à transparência e à accountability. A incorporação de novas tecnologias, como painéis interativos e plataformas digitais de monitoramento, amplia o acesso à informação e fortalece a participação social, transformando o cidadão em agente ativo do controle público. Além disso, a integração entre níveis de governo e a padronização metodológica são condições essenciais para assegurar comparabilidade, consistência e credibilidade às análises produzidas.

Em perspectiva mais ampla, os indicadores de saúde ultrapassam o domínio técnico e assumem um papel político e ético, uma vez que permitem mensurar a efetividade das políticas de bem-estar e a realização dos direitos sociais. Quando utilizados de forma articulada, tornam-se instrumentos de transformação social, possibilitando que o planejamento em saúde seja orientado não apenas pela eficiência administrativa, mas também pelo compromisso com a justiça social, a sustentabilidade e a promoção da vida digna. Assim, fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação por meio de indicadores é investir em uma gestão pública mais transparente, inclusiva e comprometida com o desenvolvimento humano e coletivo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Indicadores e Dados Básicos para a Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/>. Acesso em: 4 nov. 2025.

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77–93, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312007000100006>.

DAHLGREN, G.; WHITEHEAD, M. **Policies and Strategies to Promote Social Equity in Health**. Stockholm: Institute for Futures Studies, 1991.

DECKERT, Anja; KLOECKNER, Malte; ZANDER, Katharina; et al. Mental health indicators for children and adolescents in OECD countries: a scoping review. **Frontiers in Public Health**, v. 12, p. 153–167, 2024. DOI: 10.3389/fpubh.2024.1453981.

FORD, Jennifer; WARD, Elizabeth; MASON, Harold; et al. Sexual health indicators for the United States: measuring progress and documenting public health needs. **Frontiers in Public Health**, v. 11, p. 112–125, 2023. DOI: 10.3389/fpubh.2023.1067801.

FRAISL, Dominik; HAKLAY, Muki; PARKER, Alison; SCHAEPEKE, Nicole; WEHN, Uta; et al. Citizen science for monitoring the health and well-being related Sustainable Development Goals and the World Health Organization's Triple Billion Targets. **Frontiers in Public Health**, v. 11, p. 118–134, 2023. DOI: 10.3389/fpubh.2023.1075648.

GIOVANELLA, L.; MENDES, E. V. **Atenção Primária à Saúde e Governança em Saúde: Desafios e Perspectivas**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2023.

HASSETT, Thomas C.; KAUFMAN, Rachel; MOORE, Elizabeth; et al. A scoping review and assessment of the area-level composite measures that estimate social determinants of health across the United States. **Public Health Reports**, v. 139, n. 1, p. 45–59, 2024. DOI: 10.1177/00333549231223458.

INSTITUTE OF MEDICINE (IOM). *Crossing the Quality Chasm: A New Health System for the 21st Century*. Washington, D.C.: National Academy Press, 2001. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK222274/>. Acesso em: 4 nov. 2025.

KICKBUSCH, I. *Global Health Governance: Challenges and Opportunities*. **Public Health Reviews**, Genebra, v. 38, n. 2, p. 1–15, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1186/s40985-017-0066-9>.

KIM, Hongsoo; LEE, Jiyoun; PARK, Soohyun; et al. Development of a practical framework and indicators for monitoring integrated long-term health and care needs and service use. **Health Policy**, v. 138, n. 2, p. 153–164, 2024. DOI: 10.1016/j.healthpol.2023.104721.

LOWE, Melanie; ARUNACHALAM, Shanthini; CLELAND, Verity; et al. City planning policies to support health and sustainability: an international comparison of policy indicators for 25 cities. **The Lancet Global Health**, v. 10, n. 5, p. e667–e679, 2022. DOI: 10.1016/S2214-109X(22)00064-2.

MENDES, E. V. **As Redes de Atenção à Saúde**. 3. ed. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2021.

MENDES, Eugênio Vilaça. **As redes de atenção à saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. Disponível em: <https://apsredes.org/livros/as-redes-de-atencao-a-saude/>. Acesso em: 4 nov. 2025.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Health at a Glance 2023: OECD Indicators**. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/ae3016b9-en>. Acesso em: 4 nov. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development**. Nova York: United Nations, 2015. Disponível em:

<https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 4 nov. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Governance for Health in the 21st Century. Copenhagen:** WHO Regional Office for Europe, 2012. Disponível em: <https://www.euro.who.int/en/publications/abstracts/governance-for-health-in-the-21st-century>. Acesso em: 4 nov. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Handbook on Health Inequality Monitoring:** With a Special Focus on Low- and Middle-Income Countries. Genebra: World Health Organization, 2013. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/85345>. Acesso em: 4 nov. 2025.

PAIM, J. S. **O que é o SUS**. São Paulo: Editora Fiocruz, 2018.

PAIM, Jairnilson Silva; TRAVASSOS, Claudia; ALMEIDA, Celia; BAHIA, Ligia; MACINKO, James. The Brazilian health system: History, advances, and challenges. **The Lancet**, v. 377, n. 9779, p. 1778–1797, 2011. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(11\)60054-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(11)60054-8). Acesso em: 4 nov. 2025.

PASTULA, Susan T.; SANCHEZ, Nicole; REED, David; et al. Scoping review of indices to measure a community's health status. **Population Health Management**, v. 27, n. 2, p. 101–116, 2024. DOI: 10.1089/pop.2023.0125.

RABIEI, R. *et al.* Developing public health surveillance dashboards: a scoping review on the design principles. **BMC Public Health**, Londres, v. 24, n. 1, p. 1–12, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12889-024-18032-5>.

RABIEI, Reza; AHMADI, Hamid; KHOSRAVI, Fatemeh; et al. Developing public health surveillance dashboards: a scoping review on the design principles. **BMC Public Health**, v. 24, n. 1, p. 567–583, 2024. DOI: 10.1186/s12889-024-18112-y.

RENDELL, Natalie; JOHNSON, Robert; PATERSON, Emily; et al. Common features of selection processes of health system performance indicators in primary healthcare: a systematic review. **International Journal of Health Policy and Management**, v. 11, n. 9, p. 1745–1756, 2022. DOI: 10.34172/ijhpm.2022.4521.

SECCHI, L. **Políticas Públicas:** Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2021.

SMITH, Laura; OLSEN, Peter; HENRY, James; et al. Cerebral palsy as a public health indicator. **Paediatric and Perinatal Epidemiology**, v. 37, n. 4, p. 489–499, 2023. DOI: 10.1111/ppe.13002.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **World Health Statistics 2024: Monitoring Health for the SDGs**. Genebra: WHO, 2024. Disponível em: <https://www.who.int/data/gho/publications/world-health-statistics>. Acesso em: 4 nov. 2025.